

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO/2011 - 2º QUADRIMESTRE/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.997.299.400,60	-
Pessoal Ativo	3.942.429.497,08	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.036.569.185,44	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	18.300.718,08	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.152.228.527,77	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	37.239.694,66	-
Decorrentes de Decisão Judicial	21.824.167,67	-
Despesas de Exercícios Anteriores	116.010.619,18	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	977.154.046,26	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.845.070.872,83	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		3.845.070.872,83
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	7.572.356.327,93	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	50,78%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <60%>	4.543.413.796,76	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <57%>	4.316.243.106,92	
FONTE: FIPLAN		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35,

inciso II da Lei 4.320/64.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO - EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO/2011 - 2º QUADRIMESTRE/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.296.470.921,50	-
Pessoal Ativo	3.326.361.770,64	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	951.808.432,78	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	18.300.718,08	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.077.799.423,32	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	30.295.992,31	-
Decorrentes de Decisão Judicial	21.824.167,67	-
Despesas de Exercícios Anteriores	115.257.988,52	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	910.421.274,82	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.218.671.498,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		3.218.671.498,18

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	7.572.356.327,93
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	42,51%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <49%>	3.710.454.600,69
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <46,55%>	3.524.931.870,65

FONTE: FIPLAN

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO/2011 - 2º QUADRIMESTRE/2011

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	4.912.549.079,78	4.763.450.878,25	4.607.487.415,92	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	4.911.541.699,96	4.762.393.069,19	4.606.387.503,85	-
Interna	4.810.061.634,74	4.751.542.630,41	4.599.458.938,91	-
Externa	101.480.065,22	10.850.438,78	6.928.564,94	-
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	1.007.379,82	1.057.809,06	1.099.912,07	-
Demais Dívidas *	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II) ¹	984.367.692,77	1.632.901.074,87	1.604.798.047,85	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	601.790.490,57	1.140.576.838,68	1.047.126.749,32	-
Demais Haveres Financeiros	507.175.596,33	500.089.622,78	559.208.725,07	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	(124.598.394,13)	(7.765.386,59)	(1.537.426,54)	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	3.928.181.387,01	3.130.549.803,38	3.002.689.368,07	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	7.099.677.148,16	7.291.678.482,27	7.572.356.327,93	-
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	69,19%	65,33%	60,85%	0,00%
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	55,33%	42,93%	39,65%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <200%>	14.199.354.296,32	14.583.356.964,54	15.144.712.655,86	-

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA DE PPP	-	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	243.047.032,04	239.626.982,79	251.280.728,87	-
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Sociais	231.918.889,00	229.264.280,57	238.572.731,88	-
Previdenciárias	101.432.057,57	96.684.889,15	92.305.178,12	-
Demais Contribuições Sociais	130.486.831,43	132.579.391,42	146.267.553,76	-
Do FGTS	11.128.143,04	10.362.702,22	12.707.996,99	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	4.668.494.667,92	4.522.766.086,40	4.356.206.687,05	-

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	922.280.251,83	912.775.444,97	885.304.255,19	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	2.849.238.489,94	3.767.112.623,03	2.246.505.615,07	-
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	303.175.913,65	157.382.189,82	104.468.529,44	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	-	-	-	-

RÉGIME PREVIDENCIÁRIO *				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	-	-	12.166.253.798,89	-
Passivo Atuarial	-	-	12.166.253.798,89	-
Demais Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (V) ¹	-	-	36.147.842,17	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	36.147.842,17	-
Investimentos	-	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	-	-	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-	-	12.130.105.956,72	-

FUNTE: FIPLAN

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO/2011 - 2º QUADRIMESTRE/2011

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	-	-	-	-
INTERNAS (II)	-	-	69.666,67	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	-	-	69.666,67	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	-	-	69.666,67	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	7.099.677.148,16	7.291.678.482,27	7.572.356.327,93	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00%	0,00%	0,09%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <22%>	1.561.928.972,60	1.604.169.266,10	1.665.918.392,14	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-	-	-	-

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: FIPLAN

Nota: ¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO/2011 - 2º QUADRIMESTRE/2011

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	-	-
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	-	-
Interna	-	-
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	-	-
<Tipo de operação>	-	-
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	58.977.177,96	60.856.424,33
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial *	1.977.177,96	3.856.424,33
Programa de Iluminação Pública – RELUZ	-	-
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN **	57.000.000,00	57.000.000,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	7.572.356.327,93	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	-	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	1.211.577.012,47	16%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	530.064.942,96	7%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV+ IIa)	60.856.424,33	0,80%

FONTE: FIPLAN

Notas:

¹ Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.

² < Medidas Corretivas >

* O valor total dessa operação de crédito se refere ao PMAE - BNDES (Programa para Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais e não compõem o cálculo para limite geral definido por resolução do Senado Federal para operações de crédito interna e externa.

** O valor total dessa operação de crédito se refere ao BNDES - Arena Multiuso Pantanal, o valor não é computado no limite, conforme Art. 9º Resolução nº7 2.827/01 do CMN.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO-PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO/2011 - 2º QUADRIMESTRE/2011

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL- EXECUTIVO	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	3.218.671.498,18	42,51%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <49,00%>	3.710.454.600,69	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <46,55%>	3.524.931.870,65	46,55%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	3.002.689.368,07	39,65%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	15.144.712.655,860	200,00%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	69.666,67	0,09%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.665.918.392,14	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	0,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	1.211.577.012,47	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	530.064.942,96	7,00%
RESTOS A PAGAR*	INSCRIÇÃO EM RESTOS NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos		

FONTE: FIPLAN

*Anexo a ser publicado apenas no encerramento do exercício.